

NEGOCIAÇÕES, CONFLITOS E OMISSÕES: A CONSTRUÇÃO DE
MEMÓRIAS EM TORNO DA USINA HIDRELÉTRICA LUIZ GONZAGA
(1979-1988)¹

Marcos Manoel do Nascimento Silva

Mestrando - PROHIS UFS

marcosmanoel.profhistoria@gmail.com

Pedro Abelardo de Santana

Doutor em História Social, UFBA

Professor de História da UFAL; colaborador PROHIS-UFS, PPGH-UFAL

pedroabelardo18@gmail.com

Resumo

O presente artigo, valendo-se dos aportes teóricos-metodológicos da História Social, possui como objetivo analisar os discursos acerca da paternidade dos reassentamentos originários da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, localizada em Petrolândia, PE, região do submédio São Francisco. Para esse fim, foi empregado a abordagem da história do discurso, além de outros elementos da operação historiográfica. Além do mais, conta com a operacionalização dos conceitos de memória, identidade e poder, como uma tríade constituinte desses discursos. Resultou na identificação de discursos divergentes entre os trabalhadores rurais e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em que cada qual se apresenta obedecendo a sua instituição e aos seus interesses, expondo e omitindo situações. As fontes utilizadas são textos produzidos pela CHESF e pelo polo sindical.

Palavras-Chave: Hidrelétrica. Trabalhador. Memória. Identidade.

¹ Originalmente este artigo foi apresentado à disciplina Cultura, Sociedade e Poder, do Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, em 2020.



NEGOCIACIONES, CONFLICTOS Y OMISIONES: LA CONSTRUCCIÓN
DE MEMORIAS ALREDEDOR DE LA PLANTA HIDROELÉCTRICA LUIZ
GONZAGA (1979-1988)

Marcos Manoel do Nascimento Silva

Mestrando - PROHIS UFS

marcosmanoel.profhistoria@gmail.com

Pedro Abelardo de Santana

Doutor em História Social, UFBA

Professor de História da UFAL; colaborador PROHIS-UFS, PPGH-UFAL

pedroabelardo18@gmail.com

Resumen

Este artículo, a partir de los aportes teórico-metodológicos de la Historia Social, tiene como objetivo analizar los discursos sobre la paternidad de los reasentamientos provenientes de la construcción de la Central Hidroeléctrica Luiz Gonzaga, ubicada en Petrolândia - PE, en la región intermedia del río São Francisco. Metodológicamente se utilizó el enfoque de la historia del discurso, además de otros elementos de la historiografía. Además, se apoya en la operacionalización de los conceptos de memoria, identidad y poder, como tríada constituyente de estos discursos. Los análisis resultaron en la identificación de discursos divergentes entre los trabajadores rurales y la Companhia Hidrelétrica do São Francisco, en que cada uno se presenta obedeciendo a su institución y sus intereses, exponiendo y omitiendo situaciones. Las fuentes utilizadas son textos elaborados por la CHESF y el polo sindical.

Palabras - Clave: Hidroeléctrica. Trabajador. Memoria. Identidad.

O processo histórico das construções de usinas hidrelétricas no Brasil e no mundo resultam em grandes impactos socioambientais, seguido da necessidade de reassentamento das populações diretamente afetadas com esses empreendimentos. Do ponto de vista acadêmico, esses acontecimentos têm sido palco de inúmeras pesquisas. Seus impactos a curto e longo prazo sobre a sociedade – em múltiplos aspectos –, são os principais motivos pelos quais os pesquisadores de diversos campos do saber têm se debruçado sobre eles com afinco e interesse. A título de exemplo, apontamos brevemente alguns desses trabalhos.

O artigo de Jamile Silva Silveira (2018), faz uso da pesquisa documental e da história oral com a finalidade confrontar os discursos produzidos pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), na tentativa de compreender como se deram as relações de conflitos sociais durante a formação da cidade Paulo Afonso, Bahia. Nessa empreitada, foi identificado como o discurso das autoridades é divergente do discurso dos trabalhadores. A operacionalização dos conceitos história e memória foram primordiais.

Joana de Jesus Colaço Pedro (2011), em sua dissertação, toma como objeto de pesquisa os reassentados de Moatize, no noroeste de Moçambique, buscando apontar os indicadores de melhoria ou piora de vidas. Como resultado, foi apurada uma melhoria no que se refere à qualidade da educação e saneamento básico. Por outro lado, foi percebido o que ela chama de deterioração da identidade cultural dessa população. Fato que se deve a mudança de habitação que, por sua vez, causa transformações entre as práticas culturais do seu cotidiano.

Partindo da premissa de que as iniciativas de construção de hidrelétricas provocam forçadamente mudanças entre as comunidades atingidas, tanto com relação ao seu território, como no que se refere às estratégias de vida dos grupos familiares, Gilmar Fialho de Freitas, Dayane Rouse Neves Sousa e Marcelo Leles Romarco de Oliveira (2013), buscaram compreender de que maneira a população de Irapé no Vale do Jequitinhonha, Minas, se reestruturou em seu novo território, bem como, de que forma as relações sociais foram afetadas e quais as estratégias para manutenção das práticas culturais do território anterior. Através da aplicação de questionários, constataram que as ações para manutenção das práticas culturais não foram suficientes, ao passo que, os dados apontam para mudanças nas relações socioculturais entre os reassentados.

No tocante a Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG) não foi diferente. Fazendo parte de projetos de combate à seca no Nordeste, por meio da geração de energia elétrica e implantação de técnicas modernas de agricultura com o aproveitamento das águas do rio São Francisco (PANDOLFI, 1986), que por sua vez, estava inserido em um projeto ainda maior, o da construção de um novo Nordeste através da modernização agrícola (BERNARDES, 2007), a sua construção gerou a necessidade de dois tipos de reassentamento, o urbano e o rural, atingindo 4,6 mil famílias da área urbana e 5,9 mil da área rural, e ainda, duzentas e onze famílias indígenas da etnia Tuxá. Seus impactos foram sentidos pelas pessoas e discutidos por vários pesquisadores.

Com relação ao desenvolvimento nacional e a sua industrialização, esses processos são fortemente marcados por iniciativas de intervenção estatal (MACHADO, 2018; SINGER, 2014). O projeto de uso de energia hidrelétrica e do incentivo ao setor agropecuário é parte constituinte do chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com a finalidade de vencer as crises econômicas que voltavam a assolar o país depois do “milagre econômico”. Entre outras medidas, dispõe da construção de hidrelétricas e do fortalecimento dos setores agrícolas e pecuários, com o objetivo de apoiar a indústria interna. Dá-se prioridade ao Nordeste, pois é enfatizado pelo II PND como região de “pobreza absoluta”, concentrada principalmente entre a massa agricultora.

Pedro Paulo da Cunha (2012), por meio das memórias do período de desapropriação de territórios e do Programa de Reassentamento de Itaparica, implantado pela CHESF, procurou colocá-los na posição de um marco histórico e social para os atingidos por barragens. De modo semelhante, Olímpio de Arroxelas Galvão (1999), mostra o projeto de reassentamento de Itaparica como um marco para o desenvolvimento econômico, porém, não esquece dos impasses e relações conflituosas entre a Chesf e os atingidos pela barragem.

Sobre a barragem de Itaparica, o trabalho de Sérgio Ricardo Lima (2020), trata dos primeiros vinte anos do reassentamento e toma como recorte a cidade de Petrolândia, Pernambuco. Averigua um contraste entre a modernização e o desenvolvimento da atual cidade com a drástica transformação nas relações sociais, evidenciadas por ele pela destruição de laços de amizades, vizinhança e parental.

Observando esses estudos e tendo em vista que a ciência histórica, herdeira da emergência de novos paradigmas do século XX (BURKE, 2011), é um universo de possibilidades temáticas, metodológicas e de fontes sobre a dimensão da História Social, a qual estuda as relações de poder que perpassam as relações sociais (BARROS, 2013).

A seguir, continuaremos a analisar as duas modalidades de discursos sobre os reassentamentos na área da UHLG, isto é, sobre a “paternidade” da iniciativa nas falas da CHESF e dos trabalhadores reassentados. Paternidade é um termo utilizado para se referir a construção dos territórios de reassentamentos, trata-se de uma expressão utilizada pelos integrantes do grupo dos Trabalhadores Rurais do Submédio Rio São Francisco, localizados entre os municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó no estado da Bahia, e Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco no estado de Pernambuco. O reassentamento aconteceu para dar lugar a construção da UHLG, em Petrolândia, PE. O recorte temporal se estende de 1979, desde o início das obras da usina e da criação do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, até 1988, ano do início das operações da usina e do remanejamento desses trabalhadores nas agrovilas.

Para esse labor, adotamos como fontes como o documento intitulado *Acordo de 1986 entre a Chesf e Trabalhadores Rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica* (atual Luiz Gonzaga), outro chamado *Protocolo complementar para a execução do acordo de 1986*, além de dois pequenos livros que se apresentam como produtores de memórias ou tentativas de cristalização delas. O primeiro faz jus a memória oficial, foi publicado em comemoração aos 40 anos da CHESF completados em 1988, chama-se *Mudar para melhor*, é uma espécie de apologia ao novo assentamento ou um manual de como se portar diante dessa situação. O segundo, diz respeito a memória dos reassentados e vem à tona como resposta ao primeiro, é o livro *Hora de mudar e hora de lembrar: a luta dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco pela conquista do reassentamento*, autoria do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, porém sem datação. Em virtude de seu conteúdo, acreditamos poder datá-lo entre 1987 e 1988. O conteúdo da obra lançada pela CHESF também deixa dúvidas quanto ao ano exato de sua publicação.

Para analisar os materiais citados seguiremos os passos conhecidos da operação historiográfica. Ou seja, observar qual é o conteúdo dos textos, como se encontram configurados a ponto de produzir uma significação, quais outros textos são invocados no interior de sua escrita, por fim,



em quais condições foram escritos. Esses são alguns dos questionamentos que busco responder no decorrer desse artigo, apresentando ainda como objetos de comunicação, que por sua vez, possui em seu interior, o objetivo de cristalizar determinadas memórias.

O conceito de memória será compreendido, para além de faculdade psíquica (LE GOFF, 2013), como provocado, como algo passível de ser manuseado pelos sujeitos ou grupos sociais, de modo a eleger aquilo que deseja que seja lembrado, e fazê-lo através de mecanismos ou lugares de memórias (NORA, 1993). Processo que se configura dentro de uma relação de poder, pois afora o manuseio das memórias em si, há a capacidade de, por meio delas, forjar a identidade dos sujeitos ou grupos sociais (POLLAK, 1989). No âmbito da individualidade, uma vez cristalizada no interior do indivíduo, a memória tece a identidade de um sujeito, nas palavras de Nora (1993, p. 17), “o aprisiona cada vez mais”, no sentido de condicionar a viver a vida segundo essas memórias. Com referência a uma identidade social, possui a função de manter a unidade dos grupos por intermédio da coesão (POLLAK, 1989).

Portanto, memória, identidade e poder andam de mãos dadas. Desse modo, buscamos demonstrar a relação entre esses conceitos nos discursos aqui analisados, principalmente, através das suas contradições. Para esse fim, entendemos como necessário, para que o leitor compreenda melhor o objeto estudado, fazer uma descrição do processo de reassentamento, assim como da sua área geográfica.

Os Projetos de Irrigação do Submédio do São Francisco

A construção do reservatório para funcionamento das turbinas geradoras de energia elétrica da UHLG atingiu sete municípios localizados na região do submédio São Francisco. Desses municípios, três se encontram no estado da Bahia e quatro em Pernambuco. Na Bahia são os municípios de Glória, Rodelas e Chorrochó, e em Pernambuco, os municípios de Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco, dos quais, as cidades de Petrolândia, Itacuruba e Rodelas tiveram que ser reconstruídas em outros territórios.

O *Plano de Reassentamento*, que veremos como maior detalhe mais à frente, prevê dois tipos de reassentamento levando em consideração os pequenos agricultores e os que não vivem da agricultura, que correspondem aos que possuem alguma profissão ou são aposentados, mas



detém o direito à moradia fixa nas agrovilas dos projetos, nome dado aos novos povoados. Os aposentados fisicamente ativos tiveram direito a loteamento parcialmente irrigado. Para os agricultores, as possibilidades apresentadas foram de viver no Projeto de Irrigação Borda do Lago, localizado às margens do lago, ou nos Projetos Especiais de Irrigação, distantes do lago.

O primeiro projeto foi distribuído da seguinte maneira: “são 530 lotes na Bahia, localizados nos municípios de Glória e Rodelas e 1.798 lotes em Pernambuco, localizados no município de Petrolândia” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Já o segundo, são os projetos:

Apolônio Sales, em Petrolândia – PE, com - 100 lotes - para o pessoal do Barreiras. Brígida, em Orocó, PE - com 429 lotes - para o pessoal de Itacuruba. Caraíbas, em Santa Maria da Boa Vista, PE - com 1.603 lotes - para o pessoal de Itacuruba, Floresta e Belém. Jusante, em Glória, Ba - com 612 lotes para o pessoal de Glória e Rodelas. Pedra Branca, em Curaçá, BA - com 763 lotes para o pessoal de Rodelas e Chorrochó (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

Sendo que, a construção das agrovilas no interior de cada projeto obedeceu a ordem de inundação de cada comunidade, para que não houvesse dispersão entre familiares ou amigos.

Da estrutura dos projetos de irrigação, eles são formados de:

Casa para morar com água e luz, terra (lote) para plantar e criar, cerca e desmatamento, sistema de irrigação com bomba, canos e tubos para distribuição da água pela plantação, energia elétrica para irrigação, orientação para crédito agrícola e orientação técnica para plantar e vender (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

Com algumas exceções, por exemplo, o Projeto de Irrigação Jusante, Glória, BA, que se enquadra na categoria de Projetos Especiais com mais de trinta e dois anos de existência desde a sua construção, até o momento não possui irrigação e não foram entregues os lotes para todos os reassentados.

Em geral, as unidades possuíam casa de alvenaria de tamanhos variáveis, medindo de 45 m² a 70 m², com duas salas, quarto, cozinha e depósito. Do mesmo modo, os tamanhos dos loteamentos variavam de um projeto para outro e pela medição do potencial da força de trabalho, a qual era estimada de acordo com a quantidade homens no interior de cada família.

Assim, os loteamentos foram divididos em três tamanhos, com 3, 4,5 e 6 hectares (ha), entregues em nome de um membro da família. Além do mais, foi garantido por acordo com a

CHESF que “nos assentamentos borda do Lago [a] fração ideal variável de 19,00 a 23,50 ha de área coletiva situada nas imediações do projeto”. E nos Projetos Especiais, a “fração ideal de 10 ha de área coletiva para agricultura de sequeiro e criatório, o mais próximo possível dos projetos” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1986).

Outro ponto importante sobre os reassentamentos é que foi assegurado recursos para a subsistência dessas comunidades até a efetivação dos projetos de irrigação. Foi acordado que “A CHESF garantirá a partir da transferência da família, a remuneração de 2,5 salários mínimos através de empresas construtoras a um membro da família, na localidade onde será implantado o Projeto, até a comercialização da primeira colheita” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1986).

Mais tarde, o projeto foi ajustado por outro documento celebrado entre a CHESF e os trabalhadores da área do reservatório Itaparica, colocando o recebimento desses valores sobre critérios de desempenho de atividades como contrato de trabalho com empresas responsáveis pelo projeto, atividades comunitárias ou individuais em benefício do desenvolvimento da comunidade (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, 1987).

No entanto, mais uma vez, a exemplo de Projeto de Irrigação Jusante, em virtude de sua não conclusão depois de mais de três décadas, ainda há reassentados que vivem de tal remuneração, mas de forma reduzida ao valor de um salário-mínimo. Também há aqueles que abriram mão dos lotes em troca de um valor indenizatório em dinheiro.

Os loteamentos foram postos sob a guarda da CHESF durante os primeiros cinco anos após a entrega, só então, depois de transcorrido esse tempo, é que se concedeu o direito à venda dos mesmos pelos reassentados. Afora isso, foi proibido o repartimento da terra com outras pessoas, e também acertada a aceitação de condições como:

- a) [...] seguir as recomendações dos técnicos, tanto para o uso da água (irrigação) como para a conservação do solo, da terra; b) aceita as decisões e o regulamento da Associação dos Irrigantes; c) plantar e produzir com sua família toda a terra irrigada que estiver sob sua responsabilidade; d) ajudar nos trabalhos de conservação, ampliação ou modificação das obras de irrigação (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

As exigências deveriam ser cumpridas sob pena de perder o loteamento recebido.

Por fim, cada projeto possui pelo menos uma agrovila como núcleo principal. Nela se encontram instituições de atividades indispensáveis como o posto médico e escola destinados a atender aos reassentados e seus familiares. Mas, como se chegou a essa realidade? Por que teve que haver um documento firmando um acordo entre as partes envolvidas? Como se chegou a ele? Houve aceitação pacífica por parte dos trabalhadores rurais no que se refere a deixar suas moradias? Ou tal acontecimento gerou relações de negociações e conflitos? São questionamentos que tentaremos responder.

Luta e História: narrativas sobre a paternidade dos Reassentamentos no território das memórias

A UHLG foi ativada em 1988 com a finalidade de aproveitar as águas do rio São Francisco para a geração de energia elétrica, no entanto, esse está longe de ser o único impacto causado por esse empreendimento em terras nordestinas. As fontes eleitas se apresentam como instrumentos de cristalização de memórias desse processo e demonstram que, junto com o crescimento dos paredões da barragem, surgiu a necessidade de reassentamentos para as populações que viviam à jusante dessa construção, e ainda, uma disputa que se desenvolve em torno da “paternidade” dos reassentamentos. É essa “paternidade” que se encontra em jogo entre essas memórias pesquisadas.

O acordo entre a CHESF e os reassentados, datado de dezembro de 1986, foi “celebrado após negociações ocorridas nos dias 05 e 06/12/1986 no Canteiro de Obras Itaparica, a partir das reivindicações contidas no documento intitulado *Manifesto dos Trabalhadores Rurais atingidos pela barragem de Itaparica a onze meses de inundação*”, datado de 01/12/1986. Assinaram o acordo representantes do ministro Aurelino Chaves, gestores da CHESF, e membros das entidades sindicais representativas dos trabalhadores rurais da área do reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica. O documento foi redigido sob regras jurídicas e se tornou, ao mesmo tempo, objeto de significação e de comunicação, uma vez que, para além da topologia documental, que lhe confere determinada significação, demonstra uma relação de negociação e conflito. A sua finalidade se resume a apaziguar os conflitos originados pela UHLG, envolvendo o Estado e os trabalhadores rurais atingidos. Ele demonstra o contexto

vivido pelos reassentados. Por outro lado, outra publicação da CHESF, em tom comemorativo, apresenta os reassentamentos como coisa dada e omite os conflitos já mencionados.

O discurso da CHESF

Com uma linguagem coloquial, o livreto da CHESF chamado *Mudar para Melhor*, em seu conteúdo, afora a descrição das áreas afetadas, da descrição dos projetos e de um ensinamento de como os trabalhadores devem se portar em sua nova territorialidade, se destaca ainda, pela tentativa de persuadir todos os atingidos pela barragem que terão uma vida promissora:

Todo mundo está sabendo que vai ser criado o reservatório de Itaparica, para o Nordeste ter mais energia. Será muito importante porque, sem energia elétrica, o Nordeste não pode crescer, se desenvolver. Mas, para isso, muitas cidades e povoado vão sofrer, porque vão ser cobertas pelas águas. As cidades são formadas por pessoas, por famílias, que vão ter que se mudar (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

A energia elétrica é apontada como a motivação da modernização do Nordeste, ela é descrita como sinônimo de crescimento e desenvolvimento, dessa maneira, transferir a população ribeirinha para outras áreas poderia até ser um mal necessário, porém traria a justiça social como consequência.

Acerca do processo de desterritorialização, Krenak (1999), destaca que território e identidade andam juntos. Para ele, a identidade é primordial para o fortalecimento de um povo, para a sua união e protagonismo, pois por meio da identificação identitária um povo sabe quem ele é, consequentemente para onde está indo. A identidade se torna uma espécie de indicador de direção, mais ainda, o centro de fortificação da cultura. A territorialidade dos sujeitos se constitui como elemento fundador desse reconhecimento identitário. Logo, a retirada dos sujeitos do seu território de origem, bem como, dos elementos que o compõe, é causadora de uma ruptura no reconhecimento de suas identidades.

Mesmo dando ênfase nas transformações acarretadas, a estatal se coloca não como causadora delas, mas como ajudadora e benfeitora, aquela que veio trazer a solução para os trabalhadores através do Plano de Reassentamento, esse que é “formado de projetos e ações” a ser colocado em prática pela CHESF nas áreas de Pernambuco e Bahia (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]).

O livro é estruturado por meio de um jogo de perguntas e respostas. O questionamento “Como pode ser melhor?”, é respondido: “Tudo está sendo preparado para que o pessoal das cidades e do campo tenha condições de morar melhor, plantar melhor, enfim ter melhores condições de vida” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Em outro trecho, a respeito da construção das casas nos projetos de irrigações, afirma-se: “Todos devem ter uma casa para morar com sua família e para que isso acontecer a CHESF é que vai construir as casas”. Então indaga: “Por que a CHESF vai construir e não cada família fazer a sua?” E a resposta, de forma benevolente, é: “Porque fica difícil, para quem vai cuidar da roça, fazer as duas coisas” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Em um momento de possível angústia, a CHESF aparece para salvaguardar os direitos dos afetados, acudi-los no momento em que suas moradias estão prestes sofrer inundação. Tal discurso cumpre a função de esconder os interesses econômicos que levou essa empresa a conduzir o projeto de reassentamento das famílias atingidas pela construção da UHLG, fazendo com que o direito de escolha por parte dos trabalhadores rurais seja inexistente. Diante da construção do lago, o reassentamento é compulsório.

Um terceiro exemplo dessa postura filantrópica está presente no tópico: *As pessoas que moram nos lugares que vão ser cobertos pelas águas têm direito a um outro lugar para viver, ou seja, têm direito de participar do Plano de Reassentamento*. Esse questionamento é respondido assim: a única condição necessária é “ser do lugar e ter sido cadastrado, isto é, ter dado seu nome e o de sua família ao pessoal da CHESF” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). Aqui se busca demonstrar quão fácil era ser incluso no Plano de Reassentamento para ter seus direitos assegurados, todavia, não é assim que o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco descreve os acontecimentos, nem mesmo quanto à gênese do próprio Plano de Reassentamento.

A voz dos trabalhadores

Em oposição ao folhetim da CHESF, a comunidade de trabalhadores camponeses, também obedecendo a uma linguagem informal, produziu o texto *Hora de mudar e hora de lembrar*. Já no início, se apresenta como uma resposta à CHESF e como uma convocatória a todos à relembrar os acontecimentos anteriores à construção da usina hidrelétrica, quando foram

relegados ao local do esquecimento pela estatal. Nesse caso, o discurso em volta dos reassentamentos é apontado como resultado de muita resistência e lutas constantes contra a empresa.

Uma vez que tomamos ambas as fontes como mecanismos de construção e cristalização de memórias, se destaca o fato de os ribeirinhos conseguirem se contrapor à memória oficial. Tal acontecimento só foi possível, porque “a materialização da memória em poucos anos, delatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se” (NORA, 1993, p. 15). Ainda a esse respeito, Pollak (1989), enfatiza que a emersão das memórias não oficiais, essas que se encontram no lugar de esquecimentos, tem o poder de provocar uma disputa entre as memórias, uma ruptura na história oficial, uma vez que é um ato de reescrita da história. Como oposição a “mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional” (p. 8), sua transmissão ocorre com frequência no “quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidades afetiva e/ou política” (p. 12), sendo nesse caso analisado, seu principal órgão de rememoração, o polo sindical com seus respectivos sindicatos locais.

As datações que aparecem no interior do discurso se estendem desde 1976 a 1987, destacados como anos de resistência, lutas e conquistas com a promessa de continuação. A apresentação já se dá com indagações e evocação de união e companheirismo:

Companheiros,

Você tem direito à nova casa, à nova terra. Você sabe ou se lembra como chegamos a esse direito? Você pensa que foi só porque a Barragem ficou pronta? O Reassentamento é uma bandeira de luta dos trabalhadores rurais nos seus sindicatos. O Reassentamento só está acontecendo porque nos unimos e lutamos por terra irrigada e por casa digna de morar. E vencemos. Se não fosse essa luta, hoje nós poderíamos estar na grande cidade buscando emprego; poderíamos ser trabalhadores sem terra; poderíamos estar vivendo por diária, de meia, sempre devendo ao patrão. Se hoje temos direito à terra e à casa é porque lutamos por isso. Foi conquista de nossa união e organização (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA [1987/8]).

Nesse fragmento, alguns aspectos podem ser observados. O primeiro deles, quanto à negação de que o reassentamento é algo dado por benevolência da CHESF. Mais adiante, fazendo referência a Fulgêncio M. Silva, diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Floresta, PE, menciona: “Agora que está chegando a mudança, não falta quem queira ser pai da criança” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA [1987/8]). Certamente, uma crítica a estatal por se colocar como filantrópica, e

automaticamente, ao enquadramento da memória desse processo ao seu favor. Porém, é percebido que o mesmo faz o polo sindical ao trazer à tona suas experiências nesse processo e se posicionar como responsável pelos direitos angariados. Ambos, desejam enquadrar as memórias desse processo a seu favor.

Esse processo de luta e conquista são os fios das memórias que constituem o território das memórias coletivas dos grupos sociais que viveram a experiência da construção da usina, e que conduz a um segundo ponto, a criação do Polo Sindical desses trabalhadores. Essa instituição logrou seus primeiros passos em 1979, mesmo ano em que se alega que foram feitas as primeiras reuniões e assembleias por parte dos trabalhadores rurais. Tal fato demonstra que a sua origem está diretamente imbricada na necessidade de assegurar os direitos dos trabalhadores, dessa forma, esse livro não é só uma resposta a CHESF, é uma convocatória a rememorar a luta, mas também, uma apologia ao polo sindical, é uma tentativa, se valendo desse discurso de tornar esses acontecimentos como pilares de sustentação dessa instituição.

Sobre a funcionalidade da memória, Pollak informa:

Essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (1989, p. 9).

Pensando dessa forma e colocando em jogo a identidade individual e de grupo, enxergamos tanto a construção de uma identidade social dos sujeitos enquanto indivíduos, esses que são trabalhadores rurais, moradores das margens do rio São Francisco, cultivadores da terra, como também, a criação e fortalecimento do sentimento coletivo de pertencimento aos sindicatos em decorrência de sua condição de trabalhador rural. Uma vez que nutrir “a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, [...], [são] duas funções essenciais da memória comum” (POLLAK, 1989, p. 9).

Ainda sobre a relação memória e identidade, essa que é sustentada por relações de poder que se encontra embrenhada em seu interior, Pollak argumenta:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de

identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (1992, p. 5).

O que nos remete a um terceiro ponto presente na narrativa de apresentação do texto citado. Essa tem a ver com perda ou transformação de identidade social, notória com a presença do temor em deixar a sua territorialidade, junto com ela, suas práticas de cultivo da terra, acabar se tornando morador da cidade, sendo submetido a viver sob os padrões da vida urbana, dos quais, a busca por empregos com a submissão a padrões com atividades das quais não estavam habituados.

Dessa maneira, há em ambos os discursos, simultaneamente, o que Nora (1989) chama de vontade de memória, conduzindo ao objetivo de cristalização de memórias dos fatos do passado. Essas não aparecem em sua totalidade, uma vez que, não é possível rememorar o passado como um todo, e sim, fragmentos dele, que são trazidos à luz de acordo com os interesses de quem os rememora. Os fatos são ordenados hierarquicamente, de modo a deixar de fora aqueles que não são considerados dignos de rememorar. Então, as perguntas que devem ser feitas para ambas as fontes são: o que se pretende lembrar? O que se quer esconder?

Com o uso da intertextualidade, Fulgêncio M. Silva continua sendo citado. Após a apresentação da obra, um poema de sua autoria, intitulado de *E tudo começou*, faz alusão as primeiras informações sobre a exigida desapropriação das terras, utilizando as seguintes palavras:

Desde o ano setenta e seis / Que a gente iniciou / Nossa organização / Para não perder as terras / Que a gente sempre plantou / Isso a gente iniciou / Quando se ouviu falar / Que essa empresa CHESF / Aqui ia começar / A construção de uma barragem / Pra poder nos afogar / Assim foi se organizando / Fazendo reunião / Orientando os companheiros / E fazendo concentração / Hoje já tem gente unida / Que se faz um batalhão (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8]).

Desse poema, pelo menos três aspectos podem ser extraídos. O discurso do polo sindical realça que a organização dos trabalhadores se deu a partir de rumores da construção da UHLG e não por comunicado oficial do Estado. Por sua vez, essa organização foi impulsionada por medo da perda das terras em que viviam e plantavam, reforçando a ideia de que a perda da territorialidade ou dos aspectos que a constituem, provoca uma ruptura de identidade (KRENAK, 1999), o que

fez com que a união dos trabalhadores rurais se desenvolvesse em torno de um objetivo comum, o direito ao reassentamento com moradia, água e terra para plantar.

O poema em si, enquanto produção humana, por si só é uma fonte histórica, pois revela informações sobre seu autor, e conseqüentemente sobre o contexto histórico e social de sua época (BLOCH, 2001), demonstrado pela reunião dos aspectos citados. O seu uso pelo polo sindical pode ser interpretado como estratégico para confrontar a memória oficial defendida e imposta pela CHESF, uma vez que, “o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural” (POLLAK, 1989, p. 11).

Ao ano de 1979, para além das primeiras reuniões e assembleias, é atribuído a primeira de sete concentrações dos trabalhadores rurais, acontecida em Petrolândia, PE para reafirmar as petições que tinham sido decididas internamente: “Terra por terra na margem do lago; águas nas casas e nos lotes; casa para morar, área de sequeiro/criatório; indenização justa das benfeitorias” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, [1987/8]). Com uso de fotografias desses momentos, há uma datada de 4 de agosto desse mesmo ano, com a seguinte frase “Quem cria problemas tem a obrigação de resolver”, fazendo alusão construção do lago de Itaparica. Mas, salientamos a presença de contradição quanto a datação exata dessa primeira concentração, pois anterior a fotografia, é mencionado que a sua ocorrência teria sido no mês de abril.

A respeito das reivindicações, Pandolfi (1986), em sua dissertação, tomando como objeto de estudo a formação do Polo Sindical do Submédio São Francisco e suas ações, aponta para a emergência da percepção de classe dominada entre os trabalhadores rurais, bem como, a formação de uma consciência política e de classe, ao não se contentarem com o desenrolar dos acontecimentos e não receberem de bom grado as imposições da CHESF.

O ano de 1980 é descrito como sinônimo de luta, no qual se conseguiram as primeiras conquistas. O discurso enfatiza descaso por parte da CHESF, reafirma que ela somente se importou com a construção da UHLG, e, portanto, os reassentados foram condicionados a desencadear lutas para salvaguardar seus direitos. Nesse ano, se destacam duas conquistas, o mapa do lago para que os trabalhadores pudessem ver os territórios que seriam inundados e a criação de um grupo de trabalho da CHESF para estudar as exigências dos ribeirinhos. Este

teria sido criado como resposta a um abaixo-assinado enviado pelos trabalhadores ao presidente da República.

No período em que o Brasil se encontrava sob o Regime Militar, tanto esse documento como as concentrações de trabalhadores com a finalidade de reivindicar, só foram possíveis em virtude da promessa de abertura lentamente para a democracia, feita pelo presidente Geisel em 1974, como estratégia para conter as tensões maiores do país impulsionadas por questões econômicas (SINGER, 2014).

No ano de 1981, a CHESF declara que seguiu aperfeiçoando o Plano de Reassentamento. Enquanto isso, o polo sindical alega estar fazendo a mesma coisa: “A CHESF fez um Plano que se chama Plano de Reassentamento. Ou seja, as famílias que estão assentadas nesses lugares vão se mudar, ser reassentadas noutros lugares” (COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, [1987/8]). O discurso sindical segue afirmando as ações dos sindicatos e reafirmando que a estatal fazia pouco caso da situação: “entregamos à CHESF uma relação das áreas, município por município, onde a gente queria ser reassentado. E a CHESF nada faz” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, p. 7, [1987/8]).

Os anos de 1982 e 1983, são descritos de modo a evocar um processo de luta, resistência e negociação referente a uma situação específica, a dos trabalhadores rurais de Caruru e Glória, BA. Segundo a fonte, tal população foi desapropriada de suas terras sem receber outras em troca. Portanto, como protesto, “Durante 14 dias resistimos às pressões e ameaças da CHESF. Mas a polícia, a serviço da CHESF nos expulsou violentamente. Mesmo assim, em negociação, conseguimos o reassentamento provisório da Barbosa Ferraz para os atingidos” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, p. 8, [1987/8]). Esse fato é enaltecido no ano seguinte durante a quinta manifestação, na qual também se diz ter acontecido protestos pela demora e falta de assistência por parte da CHESF.

Com efeito, o ano de 1984 é ovacionado como ano de reuniões e de denúncias: “A barragem sobe e responsabilizamos a CHESF pela situação existente: atraso do reassentamento” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, p. 10, [1987/8]). Então, o polo sindical convoca uma junta de técnicos para a análise

das diretrizes básicas para o reassentamento e elaboram petições: “áreas irrigadas de 6 ha, áreas de sequeiro/criatório, 25 ha para cada trabalhador, irrigação por aspersão, administração dos projetos pelos trabalhadores, casa para todos, estradas, melhor escolha das terras, desapropriação das terras” (Idem. p. 10). Esse último se refere aos habitantes residentes nos terrenos em que os projetos estão situados atualmente.

No ano de 1985, a CHESF é ameaçada com ocupação e paralização das obras, fato que se concretiza no ano seguinte. Neste teria acontecido a “A grande batalha”. Segundo o polo sindical:

Com a ameaça que fizemos no ano anterior. (sic) A CHESF começou a fazer alguma coisa. Mas continuava sem querer aceitar nossas propostas. Nós exigimos reassentamento nas áreas por nós indicadas e com toda a infraestrutura. Ela nos prometia colocar na Borda do Lago, alegando não ter dinheiro para fazer os projetos (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, p. 13, [1987/8]).

O polo sindical escreve que a CHESF está ludibriando os trabalhadores e, por isso, se reúne em primeiro de dezembro de 1986 no canteiro de obra da UHLG por seis dias, “até que ficasse assegurado o reassentamento” (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, p. 13, [1987/8]). Desse processo de luta e resistência, teria começado a gênese do acordo já mencionado ocorrido em 1986. Este foi responsável pelo amparo legal dos direitos dos ribeirinhos e descrito como uma grande vitória que “demonstrou a força da nossa organização e nos deu segurança de alcançarmos o objetivo pelo qual lutamos esses anos - o reassentamento” (Idem, p. 14).

Por fim, o ano de 1987 é celebrado pelos primeiros cumprimentos do “Acordo de 1986”, como: “a compra das terras, a construção das casas e o início de algumas obras de implantação do sistema de irrigação”. Ao passo que, é reforçado o papel dos sindicatos sobre essas ações, bem como, ratificado que terá muito ainda que se intervir nas negociações, que tudo o que foi conquistado foi graças a seu protagonismo:

Apesar de muita coisa está sendo feita em relação ao plano de reassentamento para as famílias atingidas pela Barragem, a experiência continua demonstrando a necessidade de continuarmos demonstrando a necessidade de continuarmos pressionando a CHESF para que o reassentamento seja realizado de acordo com os nossos interesses. No mês de dezembro em Itacuruba, fechamos as estradas e paralisamos a construção da nova cidade. Em janeiro, fechamos estradas de Rodelas e Tarrachil e paralisamos também a construção da nova cidade. Em Belém, ocupamos os escritórios e interrompemos todas as atividades da empresa. E tudo isso aconteceu porque a preocupação principal da CHESF continua sendo a desocupação da área do

206

reservatório, deixando assim de solucionar os problemas que vão surgindo (POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA, p. 15, [1987/8]).

As paradas das obras da CHESF demonstram a força do polo sindical e da união com os filiados. É um discurso que evoca a importância dos sindicatos e de suas atuações como fundamentais na conquista do reassentamento.

Nesse sentido, chegou o momento de responder as perguntas feitas anteriormente, que envolvem a cristalização de memórias. No discurso da CHESF, é buscado que se interiorize na mentalidade dos sujeitos essas mudanças como algo melhor. Assim, para além desse propósito, há ainda a intenção de se autopromover na memória histórica como idealizadora das mudanças sociais na região. Nesses discursos, tal oportunidade é carregada de benefícios para os trabalhadores rurais oferecidas pela CHESF. Consequentemente, a paternidade dos reassentamentos com os seus benefícios fica nas mãos do Estado. Por outro lado, também se deseja o esquecimento dos danos que foram provocados a esses sujeitos, bem como, a necessidade de relação de negociação e conflito.

Quanto ao discurso dos reassentados, se busca cristalizar a percepção de que o Estado foi negligente e que os direitos só se asseguraram graças a consciência de classe e união dos trabalhadores, tendo como principal responsável o polo sindical. Ao mesmo tempo que esconde a oportunidade que se apresentou deles contarem com equipamentos modernos para a agricultura e as transformações em suas vidas com a chegada da energia elétrica.

Portanto, tanto no discurso da CHESF, como no discurso sindical, há a presença de relação de poder, esta que se encontra enlaçada no interior das intenções de expor aquilo que se anseia ser lembrado ou ser esquecido.

Considerações Finais

A construção da UHLG fez parte de um projeto de modernização do Nordeste, impulsionado pela retomada da economia através de investimento interno e, como tal, foi a gênese de problemáticas envolvendo a desterritorialização das comunidades do curso do submédio São Francisco diretamente afetadas com sua construção. Essas questões deram o pontapé inicial

para a elaboração de mecanismos de cristalização de memórias desse processo, cada instituição a sua maneira, com seus recortes dos acontecimentos, trazendo às claras conforme seus próprios interesses, abrindo espaço para a confrontação desses discursos, uma vez que apresentam divergências.

No entanto, as respostas às perguntas feitas nesta pesquisa, trouxeram ainda mais indagações. Transcorridos pouco mais de três décadas desde a mudança dessas populações para os novos assentamentos, o que se perpetua hoje sobre essa transição? Uma vez que a memória é um fenômeno vivo, se modifica, aflorando ou se reprimindo, conforme o momento histórico e social, o que é possível de rememorar atualmente? Quais as memórias cristalizadas entre os trabalhadores rurais que ainda vivem? Como seus descendentes pensam esse processo de reassentamento? Ou melhor, de que maneira essas memórias foram repassadas de pais para filhos? E ainda, como suas identidades foram transformadas ao longo de todos esses anos?

Em síntese, as transformações provocadas pela UHLG não se limitaram aos setores de produção de energia, agricultura e pecuária, gerando impactos diretos e indiretos na vida cotidiana e na mentalidade dos sujeitos afetados. Impactos esses, que possuem influências na rememoração dos acontecimentos da década 1980. Em um trabalho que objetive responder aos questionamentos acima, é primordial que se leve em consideração esse caráter maleável da memória.

Referências

BARROS, José D'Assunção. História Política, Discurso e Imaginário: aspectos de uma interface. **SAECULUM - REVISTA DE HISTÓRIA**, João Pessoa, jan. /jun. 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidade e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, 71; 41-79, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CUNHA, Pedro Paulo da. **Responsabilidade social corporativa: a memória do programa de reassentamento dos atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (ex-Itaparica).** Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

FREITAS, Gilmar Fialho; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de; SOUZA, Dayane Rouse Neves. As transformações sócio-culturais acarretadas pelo reassentamento de famílias atingidas pela barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha – Minas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 14, n. 48 Dez/2013 p. 38–47.

GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. O projeto de reassentamento de Itaparica e sua inserção no marco das novas políticas de desenvolvimento regional para o nordeste. **Cad. Est. Soc. Recife**. v. 15, n. 1, p. 33-66. jan./jun., 1999.

KRENAK, Ailton “O Eterno Retorno do Encontro” foi publicada anteriormente. *In.* Novaes, Adauto (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Minc-Funarte/Companhia das Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Ricardo Ribeiro. **Barragem de Itaparica: vinte anos após o programa de reassentamento – (des)envolvimento e (des)estruturação de vidas.** Disponível em <http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st4_BARRAGEM%20DE%20ITAPARICA.pdf>. Acesso aos 13 de jul., de 2020.

MACHADO, João Victor. Política Energética do II Plano Nacional de Desenvolvimento: teoria, resultados e reflexões. **Rev. Econ. do Centro-Oeste**, Goiânia, v.4, n.2, pp. 39-56, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e a história: a problemática dos lugares.** **Proj. História**, São Paulo: (10). Dez, 1993.

PANDOLFI, Maria Lia. **Na margem do lago** (um estudo sobre o sindicalismo rural). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: UFPE, 1986.

PEDRO, Joana de Jesus Colaço. **Reassentamentos forçados: dos impactos às oportunidades.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SILVEIRA, Jamile Silva. “Braços cruzados, máquinas paradas”: Trabalhadores, experiências e conflitos na capital da energia (1960-1980). **Revista Científica da FASETE**, 2018.1.

SINGER, Paul. O processo econômico. *In.* REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

Fontes Documentais

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com a presença do ministro das minas de energia, Petrolândia, 06 de dezembro de 1986.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Protocolo de normas complementares para execução do acordo celebrado em 6 de dezembro de 1986 entre a Chesf e as entidades representantes dos trabalhadores rurais da área do reservatório Itaparica, Itaparica, 01 de julho de 1987.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Mudar para Melhor. Eletrobrás/Centrais Elétricas Brasileiras AS., [1987/8].

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. Hora de Mudar é Hora de Lembrar: A luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco pela conquista do reassentamento. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, [1987/8].

MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS atingidos pela barragem de Itaparica a onze meses de inundação”, 01 de dezembro de 1986.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

Recebido em 2020-09-23

Aprovado em 2020-11-21

Publicado em 2020 -12-31